



SOCIEDADE

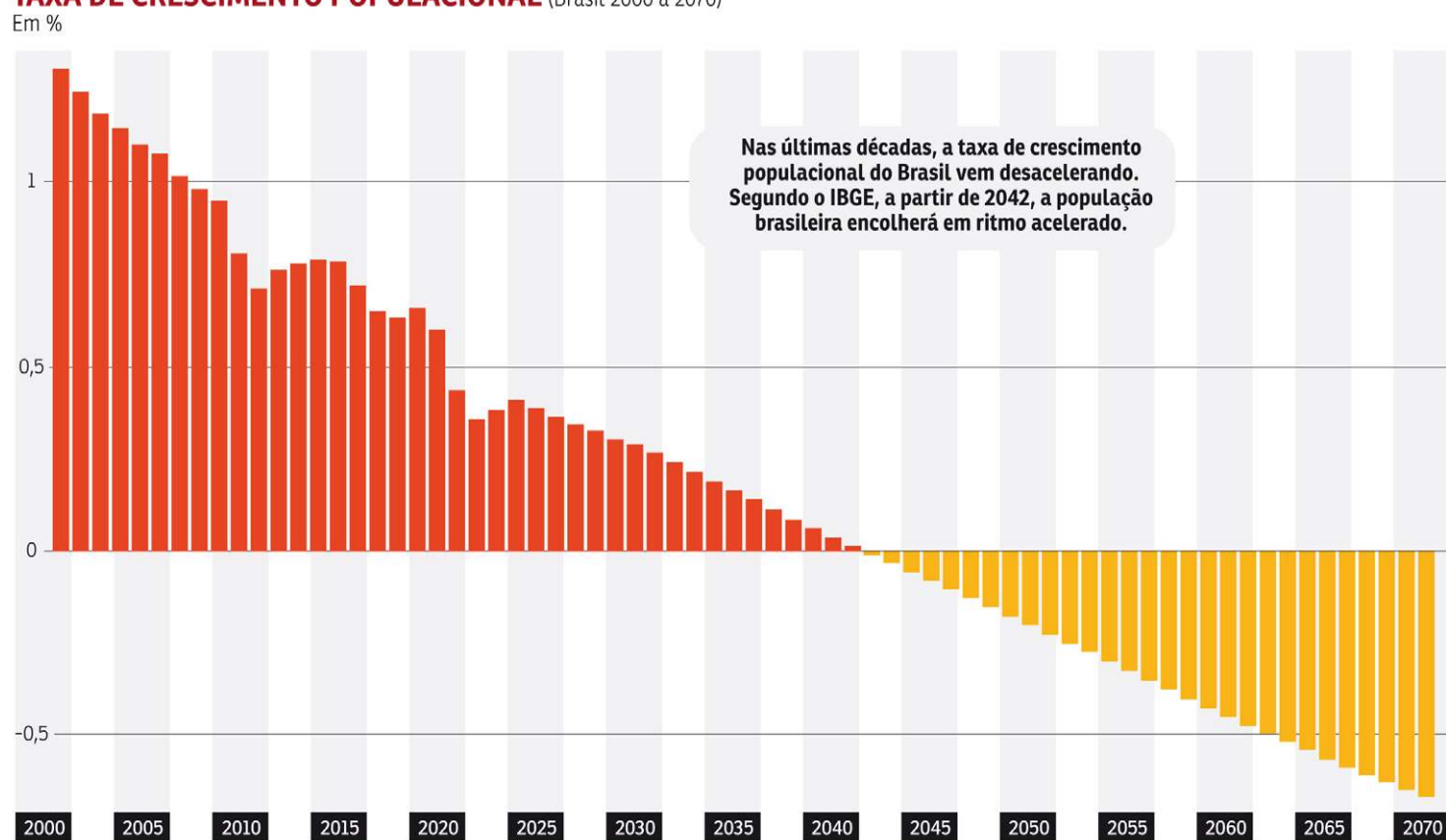
População brasileira vai encolher em 2042

Envelhecimento do país e queda acelerada da taxa de natalidade antecipam em seis anos a mudança no perfil demográfico

» CAMILA CURADO
» ALINE GOUVEIA

País mais maduro

TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (Brasil 2000 a 2070)



Em menos de 20 anos, um gigante chamado Brasil vai começar a encolher. O aumento populacional do país chegará ao ponto de inflexão em 2041, quando contaremos com 220,5 milhões de habitantes. A partir do ano seguinte, esse contingente tende a apresentar uma queda. É o que revela a pesquisa *Projeções das Populações do Brasil e Unidades da Federação*, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo do IBGE também atualizou a expectativa de vida dos brasileiros, que está em 76,6 anos. O Distrito Federal é a unidade da Federação que atingiu o maior patamar, com uma expectativa de 79,7 anos.

Segundo as projeções divulgadas ontem, a população do Brasil vai continuar crescendo pelos próximos 17 anos, mas com taxas cada vez menores. A partir de 2042, começa a redução populacional. Essa redução ocorre seis anos antes do previsto pelo IBGE, em 2018. Esse fenômeno acontece porque a taxa de natalidade está em queda desde 1960, em razão de um conjunto de fatores.

Entre os fatores elencados para a redução de taxa de natalidade, especialistas apontam o uso de métodos contraceptivos, maior nível de escolaridade, a urbanização e mudanças na percepção cultural sobre o tamanho médio de uma família. Segundo a demógrafa do IBGE Izabel Marri, nos anos 1960, a quantidade de filhos por mulher era de 6,5. Atualmente, está em 1,57.

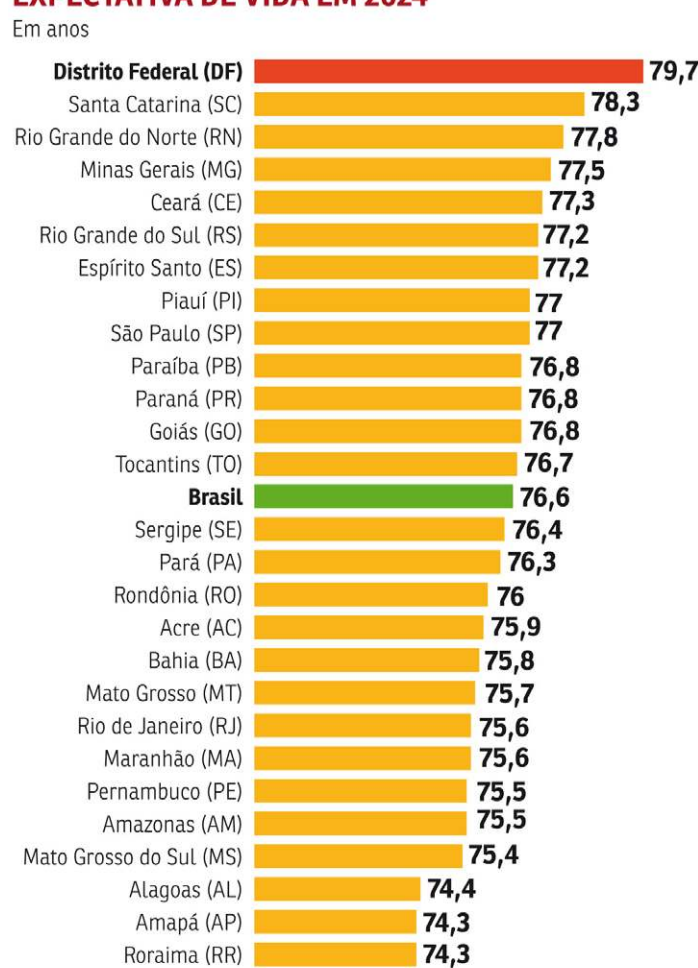
Paralelamente à queda da natalidade, observa-se um envelhecimento populacional no Brasil. De acordo com as projeções do IBGE, pessoas com 60 anos ou mais vão compor mais de um terço da população (37,8%) até 2070. Em 2000, essa faixa etária não chegava nem a 10% do total. Atualmente, os idosos respondem por 15,6%, praticamente o dobro de 2000 (8,7%). E a expectativa de vida vai ser de 83,9 em 2070, enquanto a idade média da população passará a ser de 48,4 anos.

Professor do Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bernardo Lanza Queiroz alerta que o sistema previdenciário não está preparado para receber essa transição demográfica. "Nos moldes atuais, o aposentado é pago com o que é arrecadado, e isso não se sustenta a longo prazo, por conta da redução geral da força de trabalho", comenta.

Para que a aposentadoria seja um recurso acessível e seguro para uma população envelhecida, o professor defende que é necessário traçar estratégia funcional que inclua aumento da vida laboral, aumento da produtividade e aumento da força de trabalho. Para que esse futuro se torne uma realidade, o país precisa de políticas públicas que priorizem o desenvolvimento e investimento em educação e tecnologia.

Algumas dessas propostas foram incluídas na Política Nacional do Idoso, criada em 1994 pela Lei nº 8842, como lembra a juíza auxiliar da Corregedoria da Justiça do DF, Monize Marques (leia entrevista ao lado). Adequar currículos, inserir conteúdos voltados para o processo de envelhecimento nos programas educacionais, criar universidade aberta para a terceira idade, e, inclusive, eliminar

EXPECTATIVA DE VIDA EM 2024



Fonte: IBGE/Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação

preconceitos estão entre as exigências. Mas a prática é bem diferente.

O etarismo, discriminação direcionada a pessoas com base na sua idade, ainda é um componente que dificulta a reinserção da população idosa no mercado de trabalho como aponta os especialistas. É preciso romper as barreiras do etarismo. "Até quando deveremos aguardar a efetiva implementação (da Política Nacional do Idoso)?", indaga a juíza, que também é coordenadora da Central Judicial do Idoso no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

Em 2043, o decréscimo será sentido a nível nacional, embora os estados apresentem diferentes momentos de inflexão, isto é, o ano em que a curvatura do gráfico começa a cair. Além da natalidade e do envelhecimento, a demógrafa do IBGE Izabel Marri aponta a migração de brasileiros entre os estados da federação como mais uma influência no resultado das populações.



É imprescindível que o poder público e a sociedade se unam para repensar como o país pretende envelhecer. É uma construção que depende do engajamento de todos"

Monize Marques,
coordenadora da Central Judicial do Idoso do TJDFT

CRESCIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS ETÁRIOS NA POPULAÇÃO TOTAL



Vida longa

O Distrito Federal tem a maior expectativa de vida do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Uma pessoa que nasce em 2024 na capital federal deve viver, em média, 79,7 anos.

Para pessoas nascidas em 2024 na capital federal, a projeção do IBGE estima que as mulheres devem viver 6,5 anos a mais que os homens nascidos no mesmo ano. Elas têm uma expectativa de vida de 82,9 anos, e eles, de 76,4 anos. Já para os nascidos em 2070, essa diferença diminui para 4,2 anos, sendo a esperança de vida de 82,4 anos para os homens e de 86,6 para as mulheres.

Atualmente, 9,1% da população do Distrito Federal é de pessoas de 65 anos ou mais de idade, enquanto a população de 0 a 14 anos representa 19,4% do total. Em 2035, o contingente de pessoas de 65 anos ou mais de idade

deve ultrapassar o de brasileiros entre 0 a 14 anos.

Ainda segundo o IBGE, a população do DF deverá crescer até 2042, quando chegará a 3,1 milhões de pessoas. A partir de 2043, ela cairá gradualmente, até os 2,7 milhões em 2070.

Os próximos anos devem ser marcados pelo aumento dos óbitos como reflexo do envelhecimento da população. Em 2024, a taxa bruta de mortalidade no Distrito Federal está em 4,9, ou seja, são 4,9 óbitos por mil habitantes, na população residente. Já em 2070, esta taxa seria igual a 15,5.

Já a taxa de mortalidade infantil deve cair ao longo dos próximos anos. Em 2024, a cada 1.000 crianças nascidas vivas no DF, 10,6 morrem no primeiro ano de vida. Já a projeção para 2070 estima que a cada 1.000 crianças nascidas vivas na capital federal, 5,6 morram antes de completar 1 ano.

Quatro perguntas para Monize Marques

Juíza auxiliar da corregedoria da Justiça do DF e coordenadora da Central Judicial do Idoso do TJDFT

Ed Alves/CB/DA.Press



A senhora já alertou sobre a falta de preparo do poder público e da sociedade para o envelhecimento da população. Quais seriam os mecanismos para reverter essa situação?

O principal mecanismo é a educação. A Política Nacional do Idoso prevê que a necessidade de adequação dos currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados aos idosos; a inclusão da gerontologia e a geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores; o desenvolvimento de programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento.

Quais iniciativas podem trazer resultados?

Trago alguns exemplos: a aprovação do Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Cuidados, enviado recentemente ao Congresso Nacional; o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa; o fortalecimento do diálogo com a sociedade civil, mediante oitiva de organizações sérias como a Frente Nacional de Fortalecimento às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

Além do preconceito, quais as outras barreiras precisamos enfrentar para montarmos um plano de envelhecimento seguro e saudável?

É imprescindível que o poder público e a sociedade se unam para repensar como o país pretende envelhecer. É uma construção que depende do engajamento de todos, sobretudo quando consideramos o impacto do envelhecimento nos cálculos da população economicamente ativa e no mercado de trabalho.

A senhora defende uma "sociedade para todas as idades". Como seria?

A sociedade para todas as idades pressupõe relações intergeracionais saudáveis, com a preservação da autonomia das pessoas idosas e a inclusão deste grupo em todos os ambientes. É a realização do objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de construção de uma sociedade livre, justa e solidária.